



Um moribundo para presidente: a eleição de Rodrigues Alves em 1918

Vitor Fonseca Figueiredo (CAEd/UFJF)



Em meio a eleições acirradamente disputadas para a Presidência da República de 1892 a 1930, uma delas fugiu à regra e foi considerada a mais consensual e tranquila de todo o período. Em 1918, o candidato Rodrigues Alves era um político com experiência, detinha idade avançada e já havia sido presidente. Em sua tentativa de reeleição, contou com um contexto favorável, marcado pela ausência de outros nomes para ocupar o Palácio do Catete, mas o seu maior adversário estava fora da cena política e inviabilizou o seu mandato.

Ao longo dos 41 anos do período que se convencionou chamar, no Brasil, de *Primeira República* (1889-1930), alguns pleitos presidenciais foram fortemente disputados desde o momento da escolha dos candidatos. A cada proximidade de período eleitoral, as oligarquias estaduais iniciavam discussões acerca da definição dos pleiteantes ao cargo de presidente. As negociações nem sempre agradavam às lideranças de todas as unidades federativas, o que resultava em acirradas disputas. Todavia, para a eleição de 1918, a situação foi bem diferente. Para entender melhor o que aconteceu, é preciso recuperar um pouco do que se passou na gestão anterior.

Desde 1914, governava o país o mineiro Wenceslau Brás (1914-1918). A escolha desse político para a Presidência não foi simples, várias oligarquias estaduais aventaram as suas lideranças para a sucessão do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Apesar de ter sido o vice de Hermes, a escolha de Wenceslau não foi consensual. Ainda assim, o Rio Grande do Sul, especialmente na figura de Pinheiro Machado, e São Paulo, sob a liderança de Rodrigues Alves, foram os grandes patrocinadores da candidatura mineira. Apesar disso, na organização de seu ministério, Brás não contemplou gaúchos e paulistas, procurou montar um governo independente da ingerência de outros estados, mas sem afastar esses parceiros.

Em seu governo, Brás também teve que lidar com a gripe espanhola, da qual também foi acometido, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e com os embaraços econômicos dela resultantes. A dificuldade no fluxo de capitais internacionais, como empréstimos, e a queda do preço do café no mercado fizeram com que o governo implementasse política de valorização da rubiácea por meio da capitalização de títulos da dívida sem lastro em ouro.



Capa da revista *O Malho* de 14.7.1917 aludindo à Primeira Guerra Mundial.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Em meados de 1916, ou seja, na metade do mandato de Wenceslau Brás, as oligarquias já se movimentavam para a escolha do futuro presidencial. Para os paulistas, tratava-se de nova oportunidade para enviar mais um dos seus à Presidência, afinal, desde 1906 não ocupavam o Catete. O último presidente proveniente de São Paulo havia sido Rodrigues Alves (1902-1906), e a distância do principal posto executivo em vários momentos ao longo desse período havia colocado os paulistas em situação de desvantagem com relação às decisões da economia nacional, especialmente às relacionadas com a produção e comercialização do café, o então principal produto desse estado e da nação.



Charge da revista *O Malho* de 30.6.1917 com a representação da discussão entre as lideranças paulistas e o Presidente Wenceslau Brás sobre a crise do café. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Em termos políticos, o momento era favorável para os paulistas. Um dos principais articuladores das eleições no país, o Senador Pinheiro Machado, gaúcho, havia saído de cena em 1915, quando foi assassinado por um louco no saguão de um hotel no Rio de Janeiro. Esse fato fez com que o Rio Grande do Sul perdesse força no cenário político, pelo menos no que se refere à projeção de um dos seus representantes para o Catete. Minas Gerais, por sua vez, não teria como indicar um sucessor de Wenceslau. Tal situação não seria bem recebida pelas lideranças de outros estados, pois Minas havia ocupado a Vice-Presidência no mandato de Hermes da Fonseca e se mantinha no Executivo na gestão seguinte, com o próprio Brás.

A despeito das dificuldades do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais em indicarem candidatos, a oligarquia paulista receava ser novamente excluída da disputa presidencial. Talvez por esse motivo as conversas acerca da escolha do futuro presidenciável tenham começado já na aproximação do final do primeiro biênio do mandato de Brás. Apesar de aliados, os representantes de São Paulo temiam as ações dos mineiros. Por isso se apressaram em lançar o nome de Rodrigues Alves como candidato.

À época, Francisco de Paula Rodrigues Alves era uma das principais lideranças do Estado de São Paulo. Sua trajetória política teve início ainda no Império, período em que exerceu os cargos de deputado geral e de presidente da Província de São Paulo. Na República, foi deputado, ministro, presidente de seu estado natal e da República e senador. Em 1916, inclusive, Rodrigues Alves deixou o governo paulista para ocupar uma cadeira no Senado Federal.

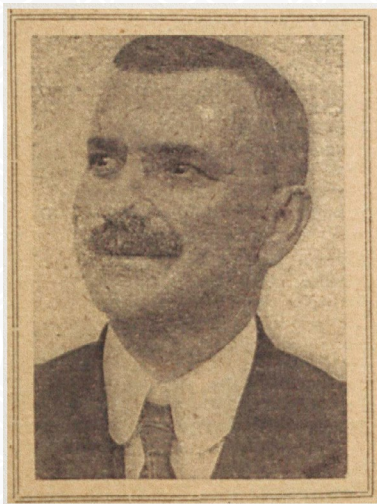


Conselheiro Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves
Novo Presidente da República

Fotografia de Rodrigues Alves publicada na revista *O Malho* de 16.11.1918. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Rodrigues Alves

Nascido em Guaratinguetá, o Advogado Rodrigues Alves havia até então comandado São Paulo por duas vezes: no Império, como presidente da província, entre 1887 e 1888, e como presidente de Estado, entre 1900 e 1902 (mais tarde ocupou novamente esse cargo entre 1912 e 1916). Antigo conselheiro do Império, ele atuou como deputado constituinte, como ministro da Fazenda de Floriano e de Prudente de Moraes e também como senador. Em sua primeira gestão no governo do Estado de São Paulo, inaugurou a Usina Hidrelétrica de Santana de Parnaíba e enfrentou epidemias de febre amarela, quando entrou em contato com a Doutrina Finlay, da transmissibilidade da doença pela picada do mosquito, aprendizado que seria fundamental mais tarde na reforma urbana da capital federal, em sua gestão presidencial.



Fotografia de Delfim Moreira publicada na revista *O Malho* de 30.6.1917. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Apesar de figura bem quista no cenário político, emplacar o nome de Rodrigues Alves como candidato dependeria de acordos, especialmente com os políticos mineiros. Desse modo, a composição da chapa foi “costurada” pelo Presidente de São Paulo, Altino Arantes, e pelo Ministro de Minas, Sabino Barroso. Ambos acordaram os nomes de Rodrigues Alves para a Presidência e o do então Governador de Minas Gerais, Delfim Moreira, como vice. A inviabilidade dos outros grandes estados em lançar nomes na disputa, conciliado à proximidade de Minas com São Paulo, fez com que a candidatura fosse aceita rapidamente e sem restrições, situação rara ao longo da Primeira República.



Jornal *O Paiz* de 23.10.1917 com a notícia da candidatura da chapa Rodrigues Alves/Delfim Moreira. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Capa da revista *O Malho* de 7.4.1917 que ironiza a possível candidatura do velho Rodrigues Alves à presidência. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Também pesava para a escolha de Rodrigues Alves as opções reduzidas, à época, para a Presidência. O alto escalão da primeira geração de políticos da República já havia tido grandes perdas em função do avançar de suas idades, o que influenciou para a rápida escolha do candidato para o pleito de 1918. A restrição das opções no mercado político também fez com que a escolha recaísse sobre dois indivíduos com saúde frágil.

Em sua plataforma de governo, lançada no Rio de Janeiro em 23 de outubro de 1917, Rodrigues Alves deu ênfase à situação econômica do país, afetada pela restrição dos negócios em função da Primeira Guerra Mundial. Preocupava o candidato as emissões de títulos sem lastro e a emissão de papel moeda feitas durante o governo de Wenceslau Brás. Por esse motivo, Alves destacou, no discurso de lançamento de seu programa de governo, as dificuldades que o país encontraria nos próximos anos no campo econômico.

Logo a candidatura de Rodrigues Alves foi bem aceita, não encontrando resistências entre as oligarquias ou críticas por parte da imprensa e da sociedade, o que contribuiu para que o período compreendido entre o seu lançamento e a eleição fosse tranquilo. Pesou, para isso, o fato de não haver outras candidaturas em disputa e a preocupação da sociedade com o desenrolar da Primeira Guerra Mundial, matéria de destaque nas primeiras páginas dos jornais e revistas da época. Também foi importante a fácil aceitação de Rodrigues Alves pelo eleitorado, uma vez que era um ex-presidente atuante, que, durante o seu primeiro mandato, empreendeu um amplo conjunto de obras de saneamento e reurbanização da capital da República, além de uma intensa e até mesmo controversa campanha de combate à febre amarela. Dados esses aspectos, a eleição ocorreu sem transtornos e com vitória incontestável.

Rodrigues Alves foi eleito com 386.467 votos. O segundo colocado, Nilo Peçanha, destacada liderança do Estado do Rio de Janeiro e então Ministro das Relações Exteriores, obteve apenas 1.258. O baiano Rui Barbosa, figura carismática e sempre lembrada pelo eleitorado nos pleitos presidenciais, ficou em terceiro lugar com 1.014 votos. Os dados indicam que Alves foi eleito com 99,1% de todos os sufrágios para presidente depositados nas urnas! A estrondosa vitória é uma clara evidência do consenso estabelecido em torno da candidatura de Rodrigues Alves.

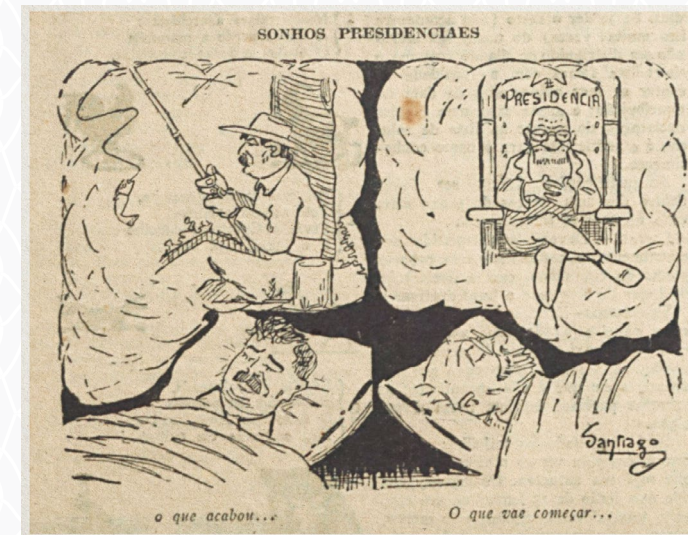
A eleição do candidato à vice, que, à época, ocorria em separado da de presidente, foi igualmente bem sucedida. Delfim Moreira recebeu 382.491 votos; e o segundo colocado, General Emídio de Dantas Barreto, apenas 376.

A ampla vitória de Rodrigues Alves e Delfim Moreira no pleito presidencial realizado em 1º de março de 1918 foi considerada pelo Congresso Nacional, por ocasião da emissão de parecer sobre o resultado do pleito, não uma eleição – concorrida entre vários candidatos e com o voto disputado até mesmo com violência em algumas situações –, mas uma “aclamação”! Essa concepção se deve ao fato de eles terem sido únicos candidatos com a quantidade majoritária de sufrágios que receberam. Os demais votados foram sufragados pelos eleitores sem serem candidatos, o que era permitido pela lei eleitoral da época. Também é importante ressaltar que Rodrigues Alves foi o único presidente eleito duas vezes em quatro décadas da Primeira República. Apesar disso, não exerceu o último mandato.



Fotografias publicadas na revista *Caretta* de 16.11.1918 retratando a situação no Rio de Janeiro. Na fotografia da direita, aparece o doutor Carlos Chagas. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Em 1918, uma pandemia do vírus influenza se espalhou pelo mundo. A doença, que ficou conhecida como *gripe espanhola*, devido ao grande número de mortos que fez nesse país, vitimou, segundo cálculos de especialistas, entre 20 e 40 milhões de pessoas. No Brasil, boa parte da população também contraiu a moléstia, inclusive Wenceslau Brás e o presidente eleito. Impossibilitado de tomar posse no cargo em 15 de novembro de 1918, no Rio de Janeiro, Rodrigues Alves ficou em repouso em sua cidade natal, Guaratinguetá. O posto de chefe do Executivo foi assumido interinamente pelo vice, Delfim Moreira. Em função dessa situação, revistas da época caricaturavam Alves como um enfermo em sono profundo em sua cama enquanto o país seguia sem o seu presidente.



Charge publicada na revista *O Malho* de 30.11.1918 que ironiza os diferentes anseios dos presidentes acometidos pela Gripe Espanhola. Wenceslau sonha com o descanso em sua cidade e Rodrigues Alves em tomar posse. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

O início do novo governo não inspirava confiança na população e nem na imprensa. Pairavam dúvidas, inclusive sobre a saúde do vice-presidente, assim como desconfianças de possível renúncia. Depois de apresentar certa melhora, Rodrigues Alves se dirigiu para o Rio de Janeiro para assumir o seu cargo, mas teve uma recaída e faleceu em 16 de janeiro de 1919.



Contraditoriamente, o homem que empreendeu uma gestão presidencial marcada pela reurbanização visando à salubridade do Rio de Janeiro e à erradicação de doenças, anos mais tarde sucumbiu a uma delas. Portanto, embora não tivesse tido adversários na corrida presidencial, o maior opositor de Alves foi a gripe espanhola, que, além de impedir a posse do único presidente reeleito na Primeira República, também inviabilizou o governo do vice. Isso porque a Constituição Federal de 1891 previa, no art. 42, que, no caso de vacância do cargo de presidente ou de vice em prazo inferior ao de dois anos do mandato presidencial, nova eleição seria convocada para preencher a vaga.

Curiosamente, a morte também rondou Alves na ocasião de sua primeira eleição para presidente, em 1902. Nesta ocasião, porém, quem faleceu antes de tomar posse foi o seu vice, o mineiro Silviano Brandão. Na primeira situação a morte levou o vice mineiro; na segunda, o titular paulista.



O cortejo funebre em caminho da Igreja após o desembarque em Guaratinguetá.

Cortejo fúnebre a caminho da Igreja após o desembarque na cidade de Guaratinguetá. Revista *Careta* de 25.1.1919, ano 12, nº 533, p. 15. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

A morte de Rodrigues Alves, embora não fosse uma surpresa, devido à idade avançada e à doença que contraiu, consternou a população e encerrou às dúvidas quanto ao futuro do governo da República. Até o falecimento de Alves, não se sabia se haveria uma renúncia ou se o presidente eleito tomaria posse. Todas estas possibilidades eram constantemente cogitadas pela imprensa. Também as condições de saúde de Delfim, embora mais jovem que Alves, eram questionadas. Com a morte do presidente, o destino do país foi definitivamente selado e alterado conforme a experiência pregressa. Isso porque o nome escolhido para o novo pleito não era proveniente de nenhum dos grandes estados (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), mas de uma pequena unidade federativa do Nordeste, a Paraíba. O escolhido foi o saudável líder político paraibano Eptácio Pessoa, que foi eleito. E, até a sua posse em 28 de julho de 1919, Delfim Moreira governou o país.

Sugestões de leitura

CASTRO, Sertório de. *A República que a revolução destruiu*. Brasília: UnB, 1982. (Temas brasileiros).

LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: a República no Catete 1897-1960*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da República brasileira*. São Paulo: Editora Três, 1975. v. 4.

_____. *Rodrigues Alves, regência republicana, 1918-1919*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 2. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

